Introdução ao Estudo do Direito

Turma B

Ano lectivo 2018/2019

Regente:

Prof. Doutor Pedro Romano Martinez

Bibliografia

(Portuguesa)*

Amaral, Diogo Freitas do – *Manual de Introdução ao Direito*, Volume I, Almedina, Coimbra, 2004 (reimpressão 2017)

Ascensão, José de Oliveira – *O Direito. Introdução e Teoria Geral*, 13.ª edição, Almedina, Coimbra, 2005 (reimpressão 2017)

Brito, Miguel Nogueira de - Introdução ao Estudo do Direito, AAFDL, Lisboa, 2017

Bronze, Fernando José Pinto – *Lições de Introdução ao Direito*, 2.ª edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2006 (reimpressão 2010)

Chorão, Mário Bigotte - *Introdução ao Direito*, Volume I, *O Conceito de Direito*, Almedina, Coimbra, 1998

Duarte, Maria Luísa – *Introdução ao Estudo do Direito. Sumários Desenvolvidos*, AAFDL, Lisboa, 2003

Gomes, Nuno Sá – Introdução ao Estudo do Direito, Lex, Lisboa, 2001

Justo, A. Santos – *Introdução ao Estudo do Direito*, 8.ª edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2017

Lamego, José - Elementos da Metodologia, Almedina, Coimbra, 2016

^{*} A esta indicação bibliográfica, acrescem as obras de Teoria Geral do Direito Civil, relevantes para alguns pontos da matéria.

- Luís, Sandra Lopes Introdução ao Estudo do Direito, 3.ª edição, AAFDL, Lisboa, 2018
- Machado, João Baptista *Introdução ao Direito e ao Discurso Legitimador*, reimpressão, Almedina, Coimbra, 2017
- Marques, José Dias Introdução ao Estudo do Direito, 2.ª edição, Lisboa, 1994
- Marques, Mário Reis *Introdução ao Direito*, Volume I, 2.ª edição, Almedina, Coimbra, 2007 (reimpressão 2012)
- Mendes, João Castro Introdução ao Estudo do Direito, AAFDL, Lisboa 1994
- Otero, Paulo Lições de Introdução ao Estudo do Direito, 2 Volumes, Lisboa, 1998/99
- Silva, Germano Marques da *Introdução ao Estudo do Direito*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2006 (reimpressão 2015)
- Sousa, Marcelo Rebelo de e Sofia Galvão *Introdução ao Estudo do Direito*, 5.ª edição, Lex, Lisboa, 2000
- Sousa, Miguel Teixeira de Introdução ao Estudo do Direito, Almedina, Coimbra, 2017
- Teixeira, António Braz, *Sentido e Valor do Direito, Introdução à Filosofia Jurídica*, 4.ª Edição, INCM Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2011
- Telles, Inocêncio Galvão *Introdução ao Estudo do Direito*, 2 Volumes, 11.ª e 10.ª edição, Coimbra Editora, Coimbra, 1999/2000 (reimpressão 2010)

Introdução ao Estudo do Direito I

Programa

I. Introdução

- 1. Apresentação
 - a) Noção preliminar de direito
 - b) Ambiguidade e diversidade terminológica
- 2. Natureza social do homem
- 3. Evolução

- 4. Ordem social
 - a) Explicação
 - b) Ordem social e ordem natural
 - c) Ordem social e ordem técnica
- 5. Instituições
 - a) Identificação
 - b) Tipos
 - c) Funções
- 6. Ordem jurídica
 - a) Sociedade e direito
 - b) Necessidade do direito
 - c) Características do direito
 - d) Funções do direito
- 7. Direito e Estado
 - a) Relação entre direito e Estado
 - α. Indicação
 - β. Estado de direito
 - γ. Estado social de direito
 - b) Direito no seio do Estado
 - c) Direito para além do Estado
 - α. Subsidiariedade do direito
 - β. Diferentes ordens normativas
 - 1) Ordem moral
 - 2) Ordem religiosa
 - 3) Ordem de trato social
- 8. Direito e moral
 - a) Relações entre o direito e a moral
 - b) Critérios de distinção

II. Ordem jurídica

- 1. Direito objectivo e direito subjectivo
 - a) Contraposição
 - b) Direito subjectivo e situações jurídicas activas
 - 1) Direito subjectivo
 - 2) Direito potestativo
 - 3) Expectativa jurídica
 - 4) Poder funcional
- 2. Norma jurídica
- 3. Imperatividade e coercibilidade
 - a) Imperatividade; noção
 - b) Coação e coercibilidade
 - α. Coação física e moral
 - β. Delimitação da coercibilidade
 - c) Aplicação coerciva de regras jurídicas
 - α. Regime geral
 - β. Excepções
 - d) Coercibilidade e efectividade de aplicação
 - e) Regras jurídicas sem coercibilidade
 - α. Identificação
 - β. Ius imperfectum
- 4. Desvalor jurídico
 - a) Ilegalidade
 - b) Ilicitude
 - α. Aspectos comuns
 - β. Abuso do direito
 - 1) Previsão legal
 - 2) Tipos de actos abusivos
 - 3) Exercício inadmissível de posições jurídicas
 - γ. Colisão de direitos
 - c) Ineficácia

- α. Inexistência
- β. Invalidade
 - 1) Nulidade
 - 2) Anulabilidade
- γ. Ineficácia stricto sensu
- 5. Sanções jurídicas
 - a) Explicação
 - b) Modalidades
 - α. Sanções negativas
 - β. Sanções premiais
 - c) Sanções compulsórias
 - d) Sanções reconstitutivas
 - e) Sanções compensatórias
 - f) Sanções preventivas
 - g) Sanções punitivas
- 6. Tutela jurídica
 - a) Justificação
 - b) Heterotutela
 - α. Judiciária
 - 1) Tribunais internacionais
 - 2) Tribunais nacionais

Poder judicial

Independência dos tribunais

Organização judiciária

Tribunal Constitucional

Tribunais judiciais

Tribunais administrativos e fiscais

Tribunal de Contas

Julgados de paz

β. Arbitral

- 1) Arbitragem institucional
- 2) Arbitragem *ad hoc*
- γ. Administrativa
- c) Autotutela
 - α. Explicação
 - β. Meios
 - 1) Direito de resistência
 - 2) Acção directa
 - 3) Legítima defesa
 - 4) Estado de necessidade
 - 5) Direito de retenção
 - 6) Excepção de não cumprimento
 - 7) Tomada de posse da obra
 - 8) Compensação
 - 9) Execução extrajudicial de garantias reais
 - 10) Relações de vizinhança
 - 11) Greve
 - 12) Outras situações

III. Reflexão filosófica

- 1. Filosofia do direito
 - a) Reflexão sobre o direito
 - b) Correntes filosóficas
 - α. Jusnaturalismo
 - β. Positivismo
 - γ. Novas correntes
 - c) Valores da ordem jurídica
 - d) Funções do direito
- 2. Justiça e segurança
 - a) Direito e justiça

- b) Sentidos de justiça
 - α. Enunciação
 - β. Justiça distributiva
 - γ. Justiça comutativa
- c) Positivismo e valoração
- d) Segurança jurídica
- 3. Repercussão do tempo nas situações jurídicas
 - a) Prazos
 - b) Prescrição
 - c) Caducidade
- 4. Legitimidade do direito
 - a) Legitimidade divina
 - b) Efectividade
 - c) Legitimação pelo consenso

IV. Estudo do Direito

- 1. Perspectiva global
 - a) Explicação
 - b) Visão estática e dinâmica
 - c) Comparação de sistemas jurídicos
- 2. Ciência do direito
 - a) Noção
 - b) Metodologia
 - c) Funções
- 3. Ciências auxiliares
 - a) História do direito
 - b) Sociologia do direito
 - c) Economia
 - α. Relação entre direito e economia
 - β. Análise económica do direito

- 4. Institutos civis gerais
 - a) Personalidade e sua tutela
 - b) Autonomia privada
 - c) Boa fé
 - d) Imputação de danos
 - e) Propriedade
- 5. Sistema
 - a) Sistema romano-germânico
 - b) Sistema de *common law*
 - c) Outros sistemas
- 5. Profissões jurídicas

V. Fontes do Direito

- 1. Modalidades
 - a) Explicação
 - b) Perspectiva tradicional
 - α. Lei
 - β. Costume
 - γ. Jurisprudência
 - δ. Doutrina
 - c) Apreciação
- 2. Fontes indicadas no Código Civil
 - a) Lei
 - b) Normas corporativas
 - α. Explicação
 - β. Sentido actual
 - c) Usos
 - d) Equidade
- 3. Classificação das fontes do direito
 - a) Fontes internacionais

- α. Direito internacional
- β. Direito comunitário
- b) Fontes internas
 - α. Fontes imediatas
 - 1) Identificação
 - 2) Remissão
 - β. Fontes mediatas
 - 1) Usos
 - 2) Jurisprudência

Jurisprudência constante

Explicação

Costume jurisprudencial

Assentos

Conversão dos assentos

Jurisprudência uniformizada

- 3) Doutrina
- 4. Costume
 - a) Uso e costume
 - b) Valor dos usos
 - c) Elementos do costume
 - d) Valor do costume
 - e) Relação entre o costume e a lei
- 5. Lei
- a) Noção
- b) Abstracção e generalidade
 - α. Identificação
 - β. Remissão
- c) Tipos de leis
- d) Leis materiais e formais
- e) Âmbito de aplicação

- α. Âmbito territorial
- β. Âmbito temporal
- f) Publicação
- g) Rectificações
- h) Forma de citação
- i) Entrada em vigor
 - α. Aspectos comuns
 - β. Vacatio legis
 - γ. Vigência imediata
- j) Vicissitudes
 - α. Impedimentos de vigência
 - β. Rectificações
 - γ. Suspensão de vigência
 - δ. Declaração de inconstitucionalidade ou de ilegalidade
 - ε. Repristinação
- l) Cessação de vigência
 - α. Caducidade
 - β. Revogação

Introdução ao Estudo do Direito II

Programa

I. Regra jurídica

- 1. Noção
 - a) Aspectos gerais
 - b) Princípios jurídicos e regras jurídicas
 - c) Generalidade e abstracção
 - d) Regras individuais
 - e) Previsão e estatuição
 - α. Carácter hipotético
 - β. Carácter abstracto
 - γ. Carácter geral
 - δ. Consequência

2. Classificação

- a) Critério estrutural
 - α. Regras principais
 - β. Regras derivadas
- b) Critério de sentido
 - α. Regras autónomas
 - β. Regras de qualificação
 - γ. Regras de conflitos
 - δ. Regras de remissão
 - ε. Regras interpretativas
 - ζ. Conceitos indeterminados
 - 1) Noção
 - 2) Características
 - 3) Modalidades

- η. Ficções legais
- θ. Presunções legais
 - 1) Noção
 - 2) Presunções iuris et de iure
 - 3) Presunções iuris tantum
- c) Critério dos efeitos
 - α. Regras constitutivas
 - β. Regras impeditivas
 - γ. Regras modificativas
 - δ . Regras extintivas
 - ε. Regras programáticas
 - ζ. Regras preceptivas
 - η. Regras proibitivas
 - θ . Regras permissivas
- d) Critérios das relações
 - α. Regra geral
 - β. Regra especial
 - 1) Especialidade material
 - 2) Especialidade pessoal
 - 3) Especialidade territorial
 - γ. Regra excepcional
- e) Critério da disponibilidade
 - α. Regra imperativa
 - β. Regra supletiva
- 3. Hierarquia
 - a) Explicação
 - b) Enunciado
 - c) Relação de fontes
 - d) Relação hierárquica de regras de fonte legal
- 4. Concurso

- a) Concurso aparente
- b) Concurso cumulativo
- c) Subsidiariedade
- 5. Codificação
 - a) Noção
 - b) Código, compilação e consolidação
 - c) Leis orgânicas e leis avulsas
 - d) Vantagens da codificação
 - e) Códigos existentes

II. Interpretação, integração e aplicação de regras jurídicas

- 1. Aspectos comuns
 - a) Hermenêutica jurídica
 - b) Explicação
 - c) Necessidade
- 2. Interpretação
 - a) Justificação
 - b) Finalidade
 - c) Interpretação subjectiva e objectiva
 - d) Interpretação literal e segundo o espírito do sistema
 - e) Interpretação autêntica
 - f) Elementos da interpretação
 - α. Explicação
 - β. Elemento gramatical
 - γ. Elemento histórico
 - δ. Elemento sistemático
 - ε. Elemento teleológico
 - g) Resultado da interpretação
 - α. Interpretação declarativa
 - 1) Enunciação da regra

2) Argumentação

Argumento a fortiori

Argumento a contrario sensu

Argumento ad maius

Argumento ad minus

Argumento ad absurdum

- β. Interpretação extensiva
- γ. Interpretação restritiva
- δ. Interpretação ab-rogante
 - 1) Ab-rogação sistemática
 - 2) Ab-rogação teleológica
- ε. Interpretação correctiva

3. Integração

- a) Determinação de lacunas
- b) Classificação de lacunas
- c) Integração de lacunas
 - α. Justificação
 - β. Critérios de integração
 - γ. Intervenção legislativa
 - δ. Poder discricionário
- d) Analogia
 - α. Justificação
 - 1) Identidade
 - 2) Aplicação analógica e interpretação extensiva
 - β. Proibição de analogia
 - γ. Analogia *legis* e analogia *iuris*
 - δ. Razões de identidade
- e) Norma que o intérprete criaria
- 4. Aplicação
 - a) Resolução de questões jurídicas

- b) Dogmática jurídica
- c) Desconhecimento da regra
- d) Remissão

III. Aplicação do direito

- 1. Solução do caso concreto
 - a) Discricionariedade
 - b) Critério normativo
 - α. Escolha da regra aplicável
 - β. Qualificação
 - γ. Interpretação e aplicação
 - c) Presunções (remissão)
- 2. Solução geral e individual
- 3. Equidade
- 4. Aplicação judicial e extrajudicial
- 5. Aplicação criativa do direito
- 6. Justificação da decisão
 - a) Fundamentação
 - b) Subsunção
 - α. Discurso jurídico
 - β. Comprovação
 - c) Silogismo judiciário
 - d) Tópica
 - e) Apreciação
- 6. Aplicação no tempo
 - a) Enunciado
 - b) Direito transitório
 - c) Soluções de conflito
 - α. Aplicação imediata da lei nova
 - β. Sobrevigência da lei antiga

γ. Retroactividade

- 1) Noção
- 2) Tipos de retroactividade
- 3) Facto passado
- 4) Direitos adquiridos e expectativas
- δ. Retroconexão
- ε. Distinção entre condições de validade, efeitos e conteúdo
- ζ. Regimes especiais
- 7. Aplicação no espaço
 - a) Enquadramento
 - b) Regras de conflitos

IV. Ramos do Direito

- 1. Direito público e direito privado
 - a) Enquadramento
 - b) Critérios de distinção
- 2. Disciplinas dificilmente qualificáveis nos dois ramos
 - a) Filosofia do direito
 - b) Direito internacional público
 - c) Direito comunitário
 - d) Direito processual
 - e) Direito penal
 - f) Medicina legal
 - g) Psicologia forense
 - h) Sociologia jurídica
- 3. Disciplinas de direito público
 - a) Direito constitucional
 - b) Direito administrativo
 - c) Direito financeiro
 - d) Direito fiscal

- 4. Direito substantivo e direito adjectivo
- 5. Disciplinas de direito privado
- 6. Disciplinas simultaneamente de direito público e de direito privado
 - a) Direito da saúde
 - d) Direito do ambiente
 - c) Direito do urbanismo
 - d) Direito agrário
- 7. Introdução ao direito privado
 - a) Teoria geral do direito civil
 - α. Pessoas singulares e colectivas
 - 1) Distinção
 - 2) Tipos de pessoas colectivas
 - 3) Direitos de personalidade
 - β. Negócio jurídico
 - 1) Declarações negociais

Formação

Culpa in contrahendo

Interpretação das declarações negociais

- 2) Representação
- 3) Invalidade do negócio jurídico
- b) Direito das obrigações
 - α. Estrutura
 - 1) Prestação
 - 2) Relatividade
 - β. Fontes
 - 1) Contratos
 - 2) Responsabilidade civil
 - γ. Cumprimento e não cumprimento das obrigações
 - δ. Garantia
 - ε. Contratos típicos

- c) Direitos reais
 - α. Enunciação
 - β. Posse
 - 1) Características
 - 2) Aquisição
 - γ. Propriedade
 - 1) Características
 - 2) Aquisição
 - δ. Direitos reais «menores»
- d) Direito da família
 - α. Fontes das relações jurídicas familiares
 - β. Casamento
 - 1) Casamento católico
 - 2) Casamento civil
 - γ. Relações patrimoniais
 - δ. Filiação
- e) Direito das sucessões
 - α. Sucessão legítima
 - β. Sucessão legitimária
 - γ. Sucessão testamentária
- f) Direito comercial
 - α. Âmbito de aplicação
 - 1) Actos de comércio
 - 2) Comerciantes
 - 3) Empresa e estabelecimento
 - β. Contratos comerciais
 - γ. Sociedades
- g) Direito do trabalho
 - α. Justificação
 - β. Contrato de trabalho

- γ. Regime de fontes
- δ. Instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho
- 8. Outros ramos do direito privado
 - a) Direito comercial (especial)
 - α. Direito bancário
 - β. Direito marítimo
 - γ. Direito dos seguros
 - δ. Direito dos valores mobiliários
 - ε. Direito industrial
 - b) Direito dos registos e notariado
 - c) Direito de autor
 - d) Direito do consumo